

Prefácio

Rodrigo Peloso Gelamo

Como citar: GELAMO, R. P. Prefácio. *In:* VANDRESEN, D. S. **O ensino de filosofia no ensino médio técnico:** o exercício de si como modo de vida filosófica. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2021. p. 11-18. DOI: <https://doi.org/10.36311/2021.978-65-5954-042-6.p11-18>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Prefácio

Entre malditos, técnicos, professores: sobre o ensino de filosofia nos Institutos Federais de Educação

Os Institutos Federais (IFs) têm sido objeto de pesquisa de várias investigações desde sua fundação. Notamos que ganharam mais ênfase nas últimas expansões feitas por Fernando Haddad, ministro da Educação entre os anos 2005 e 2012. Desde 2008 os IFs têm se tornado referência para a educação de nosso país. Ao proporem uma política formativa que integra a educação básica, técnica e superior, criam condições de trabalho e pesquisa comparáveis, e talvez mais privilegiadas, às grandes universidades brasileiras, principalmente se levarmos em consideração a distância abissal existente entre estas e a educação básica/técnica como um todo no cenário nacional.

A valorização do docente, a existência de melhores salários e condições de trabalho, as políticas de formação continuada aos professores, a oportunidade de criar um enraizamento entre os integrantes dos IFs e a comunidade, o convívio e o desenvolvimento de atividades educativas em tempo integral são alguns dos fatores difíceis, e, por essa razão, exemplares de serem encontrados nos mais diferentes câmpus espalhados pelo país. Porém, a exemplaridade dos IFs para a educação brasileira não termina por aí, pois, neles, os professores e estudantes podem romper com a velha e insistente dicotomia entre produção, reservada aos professores/pesquisadores universitários, e a transmissão/ensino e aprendizagem de conhecimentos, restritas aos professores da educação básica e técnica. São os professores e estudantes dos IFs que, a partir de suas experiências, tanto no ensino médio/técnico quanto no superior, desenvolvam suas pesquisas

<https://doi.org/10.36311/2021.978-65-5954-042-6.p11-18>

e projetos de extensão ante a imanência da realidade da qual fazem parte. Consequentemente, têm a oportunidade de tensionar esse lugar hierárquico ainda cristalizado na educação e se tornarem atores de suas próprias trajetórias formativas, desenvolvendo uma formação que não dissocia a produção do conhecimento do ensinar e aprender, mesmo que essa formação tenha ainda como foco o “mundo do trabalho” e um caráter, por assim dizer, mais técnico.

Para que o conhecer, ensinar e aprender tornem-se indissociáveis da própria atividade de produzir, de experimentar e de partilhar mediante a própria contingencialidade dos que ensinam e aprendem, faz-se necessário contínua ampliação de oportunidades, com o melhoramento das condições e permanência de trabalho e pesquisa para professores, estudantes e a comunidade dentro da qual os IFs se fazem presentes. Em outras palavras, necessita-se de muito investimento público. E investimento público não se restringe ao *financiamento público*, mas à *oferta de condições efetivas de que o trabalho possa ser desenvolvido*. Infelizmente, o atual governo federal e seus vários (des)ministros da educação têm vilipendiado todas essas possibilidades que os IFs tinham conseguido angariar para si em seu processo de consolidação. Em um curto espaço de tempo, foi lhes tirada a autonomia de trabalho e dificultado o processo de enraizamento necessário para que a expansão realizada pudesse, de fato, ser bem sucedida. Uma das hipóteses desse processo é a tentativa de desfazer tudo o que o governo “comunista”, segundo as palavras do Messias, anterior tinha feito; outra hipótese, talvez mais cruel para a população do que a primeira, é o intuito deliberado de empobrecimento e barateamento de todo o processo educacional; pensamos, ainda, que, talvez, guiado pelo seu pensamento bélico, o objetivo seja tornar todos os institutos escolas militarizadas. Há de se considerar, ainda, que possivelmente nosso olhar não tenha encontrado as

reais motivações para o que ocorreu, mas, de todo modo, notamos que aquilo que poderia ser um modelo de formação para o brasileiro tem se tornado mais do mesmo. O que notamos, de fato, é um processo de intervenção em todas as instâncias, sejam elas político-administrativas – pela indicação de reitores e diretores que não foram eleitos pela comunidade¹ – sejam elas político-educacionais – pela ingerência direta nos processos educacionais duramente construídos no interior de cada núcleo dos institutos, por meio de uma intensa construção feita na capilaridade das relações com a comunidade. Mas este não foi um privilégio dos institutos; a intervenção político-administrativa tornou-se regra em quase todas as universidades federais com a indicação de reitores que não foram eleitos pela comunidade para assumir esse cargo.

Depois dessa contextualização, e para começar a entrar no assunto propriamente do livro aqui prefaciado, aquilo que mais nos chama a atenção é a perseguição que o atual governo, guiado pelo Messias e pelo seu exército de pastores, militares e conservadores, promove contra a filosofia no ensino médio, sempre na tentativa de desprezar as contribuições que essa disciplina traz para a formação do estudante. Nós, professores de filosofia, tornamo-nos os *malditos* da educação. O projeto de educação movido por essa gestão propõe, por assim dizer, uma “especialização”, ou seja, retira dos estudantes a possibilidade de ter um acesso mais amplo e geral às áreas do conhecimento. Com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o estudante ficou obrigado a optar por uma das grandes áreas do conhecimento já no primeiro ano do Ensino Médio. Assim sendo, se escolher a área de exatas, perde a oportunidade de conhecer mais sobre as humanidades e as ciências biológicas, e assim sucessivamente. Essa especialização aprofunda mais uma relação de

¹ Dos 29 reitores indicados pelo atual presidente, 16 não foram escolhidos pelo escrutínio da comunidade acadêmica de suas instituições (Cf. Folha de São Paulo, 07/12/2020).

“formação para o mercado de trabalho” e perde o horizonte de formação para a vida. Aliás, nunca é demais lembrar os danos causados à educação brasileira quando esta se centrou em uma visão tecnicista de saber, que me parece não ser o objetivo dos IFs, ainda nos idos anos 1970. Será que repetiremos os mesmos erros?

Há ainda outros problemas produzidos pela BNCC e por essa visão de formação. Um deles é de ordem organizacional. A promessa de criação de opções para os estudantes se especializarem em uma área de interesse, de fato, não se efetiva, uma vez que o Estado não tem condições financeiras e operacionais de oferecer as três opções em cada uma das escolas e para todos os estudantes. Assim, o aluno terá mesmo de optar por aquilo que estará ao seu alcance e não por aquilo que é de fato seu interesse. Outro problema é de ordem ideológica, uma vez que a retirada da obrigatoriedade da filosofia e da sociologia, e a diminuição drástica de disciplinas de ciências humanas da Educação Básica trarão prejuízos incalculáveis à sociedade. Essas são as disciplinas que atuam de forma especialmente crítica nessa etapa de formação. Em seu curto tempo de vida como disciplinas obrigatórias, apenas 11 anos, ainda não houve tempo de sequer se estabelecerem e criarem uma “cultura” de formação para que pudéssemos de fato avaliar sua validade e qualidade. Sua morte precoce traz um trauma àqueles que acreditaram poder se dedicar a essas, tanto quanto as outras, nobres, áreas do saber.

Em nosso entendimento, o principal intuito dos Institutos Federais, por mais que aparentemente possam estar a serviço dessa biopolítica, era a formação para o “mundo do trabalho” (não confundir com mercado de trabalho). Essa sutil, mas importante, diferença, trazia certo alento para aqueles, que, como nós, estão de fato preocupados com o processo de formação para algo que esteja além do mercado, da

subserviência ao capital e da acomodação ao *status quo*. O que notamos é que inclusive os IFs estão tendo de se adequar ao mercado, e a noção de tecnologia a eles atrelada está sendo o mote para apressar essa (quase) inevitável guinada.

De todo modo, não é exatamente disso que trata o presente livro. Dissemos anteriormente que os IFs têm sido objeto de pesquisa frequente, mas uma ressalva precisa aqui ser feita. Nas investigações que temos feito sobre a recepção do debate acerca do ensino da filosofia em dissertações, teses, artigos e livros no Brasil, ainda não encontramos nenhuma pesquisa que trate especificamente da filosofia nos Institutos Federais. Este já seria um motivo para reconhecer o ineditismo da pesquisa de Vandresen. Entretanto, ele traz outros elementos que tornam seu livro ainda mais contundente. Os problemas enunciados no decorrer de sua escrita são da ordem dos acontecimentos vivenciados como personagem e ator de seu próprio pensamento e em sua tarefa de ser professor em um instituto que tem na técnica e na tecnologia seu principal mote de existência. Por outro lado, sua tematização como professor filósofo toca justamente no ponto de tensão entre formação técnica, formação para o mercado de trabalho e formação para a vida, que está na imanência de seu dia a dia. Como professor de filosofia, e filósofo que é, não se furtou a problematizar aquilo que dá sustentação a essa instituição e cravou seu problema de pesquisa na alma mesma do instituto, menos para problematizar formalmente suas propostas educacionais do que para se colocar como protagonista no problema de formar pessoas que possam pensar sua vida em formação e profissão. Nesse movimento de problematização, ele se vê na linha tênue que o professor (deve) habita(r), especialmente o de filosofia, entre o currículo e suas prescrições – aquilo que vem de fora, portanto – e o intenso trato com as vidas pulsantes dos alunos em seu percurso formativo – um dentro que pulsa e insiste em romper os limites da institucionalidade.

É nesse lugar que Vandresen crava o seu problema, decorrente de sua vivência, de sua vida, enfim, de seu diagnóstico como professor/filósofo do instituto, e aqui prefiro citá-lo para ser mais preciso em sua proposta investigativa:

[...] o deslocamento das questões de ensino-aprendizagem para a problematização dos modos de subjetivação nos possibilita o diagnóstico de qual modelo de subjetividade utilizamos quando ensinamos. É preciso nos perguntar: qual modo ou processo de subjetivação colocamos em prática quando assumimos determinadas práticas de ensino? E, como determinadas escolhas e práticas educativas produzem um sujeito? Refletir sobre o modo de produção da subjetividade é um modo de colocar a tarefa filosófica como uma questão sempre presente, da atualidade do que somos. Se o sujeito é produzido pelas circunstâncias do cotidiano é problematizando-o em suas práticas por meio da ontologia do presente e da estética da existência, que Foucault faz do presente a possibilidade de novas formas de existir.²

Nesse modo de problematizar a própria vida é que, inspirado em Foucault, Vandresen se posiciona para pensar-se e inventar-se como obra de arte e artista em seu fazer professoral, e é nesse registro que a questão da técnica e da tecnologia se lhe apresenta como problema a ser investigado.

Acompanhado por Foucault, ele faz uma rica análise da concepção de técnica que permeia toda a legislação e das práticas institucionais de seu instituto a fim de mapear as subjetividades que são produzidas nesse contexto em que a técnica é operada. Em interface com o conceito foucaultiano de capital humano, aprofunda o alcance de sua problemática, identificando como esse modelo de educação está aliado às demandas

² Essa passagem pode ser encontrada na página 22 desse livro.

econômicas e se concentra, principalmente, na formação de um indivíduo eficiente, produtivo, flexível, enfim, uma competência-máquina.

Coloca-se, então, como desafio pensar o papel da filosofia e seu ensino na formação humana na educação tecnológica. Entretanto, a própria filosofia é colocada em questão, uma vez que o autor aponta que é preciso se deslocar de um uso técnico-moral da filosofia, ou seja, daquilo que ocorre quando ela é direcionada apenas para a formação de competências críticas enquanto capacidade de julgamento, fruto de uma tradição do pensamento que é da analítica da verdade. Antes, deve-se pensar a filosofia e seu ensino como uma atitude no presente, que potencializa uma liberação impaciente e multiplica os sinais de existência.

Nesse sentido, Vandresen faz uma rica análise filosófica acerca dos usos e concepções de técnica na modernidade, apoiado em Foucault, Sloterdijk, Heidegger, para, primeiramente, problematizar seu presente e as questões da técnica que o permeiam e, conseqüentemente, pensar outras possibilidades de com ela operar. Essa análise abrirá a possibilidade de ele perspectivar com Foucault, especialmente em seus escritos sobre a biopolítica, um uso da técnica que assujeita e outro que possibilita uma invenção de si mesmo pela estética da existência.

Por fim, tensionando os usos da concepção de técnica, indica uma possível saída aos processos de assujeitamento por determinada perspectiva de *técnica* para, então, buscar nos gregos, com a ajuda de Foucault, a noção de *techne tou biou* (técnica do cuidado de si) como uma prática de liberação. Propõe-se a pensar a filosofia e seu ensino como um modo de vida, isto é, um ensino que não seja apenas para adquirir conhecimentos e competências, mas como um aprendizado *do e no* exercício de si.

Há de se notar que Vandresen escolheu Foucault como seu companheiro de viagem. Sabemos que o intuito do filósofo francês era

pensar justamente essa ética do cuidado de si para que pudéssemos escapar das governamentalidades assujeitantes. No entanto, o que notamos comumente é a autossubjugação dos pesquisadores a ele. Muitas pesquisas se propõem a fazer justamente aquilo que Foucault condenava: ser subserviente a um autor aplicando suas teorias e técnicas para modelar a realidade. Esse livro de Vandresen, nos parece, escapa desse registro. Ele não permitiu que Foucault o submetesse; ele operou com o pensamento desse autor para o que a *sua* análise se sobressaísse. *Usou* esse autor como uma caixa de ferramentas para que pudesse *se* praticar no exercício de tornar-se professor/filósofo. Nesse sentido, este livro não apenas diz sobre a técnica, os institutos tecnológicos, o ensino de filosofia, mas nos coloca a pensar com ele os problemas que essa conjunção, essas relações de poder/saber, estabelecem sobre ele/nós. Para mim, este é um convite que Daniel nos faz a adentrar com ele na experiência de pensar o fazer do professor de filosofia no Instituto Federal.

Nessa difícil tarefa de prefaciar o livro de Vandresen, que deveria ser o de apresentar os conteúdos que a obra trata, posso dizer que tentei me furtar um pouco a ela, para enfatizar um convite ao leitor a adentrar as páginas que aqui se seguem. Se o leitor chegou até aqui na leitura, já não há mais tempo de dizer da não necessidade desse prefácio, ou melhor, a desnecessária leitura dele em um texto que fala por si só. De todo modo, convido-os a não perder mais tempo com devaneios e entrar naquilo que realmente importa. Boa leitura...

Rodrigo Pelloso Gelamo